



A IIRSA no contexto da apropriação do recurso natural periférico

The IIRSA into context the appropriation of peripherals natural resources

Alexandre Cosme José Jeronymo - Doutor em Energia (Universidade Federal do ABC, 2012), pesquisador do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos (IBEC). E-mail: alexandrecij@yahoo.com.br

Sinclair Mallet Guy Guerra - Livre docente (Universidade Estadual de Campinas, 2004), professor da Universidade Federal do ABC E-mail: sguerra@ufabc.edu.br

Resumo

O enfoque deste trabalho é a Geopolítica Energética e a IIRSA à luz do sistema mundial de produção de mercadorias. A IIRSA é um projeto de infraestrutura continental para intensificar a produção de mercadorias e transportá-las do continente sul-americano para o consumo no mercado mundial. A política de integração física é parcela da globalização mercantil, portanto, avessa à autonomia nacional. Este trabalho é instrumento para contribuir com os debates sobre a IIRSA, e para demonstrar o distanciamento entre esta integração e os propósitos de desenvolvimento endógeno.

Abstract

The focus of this work is the IIRSA and Energy Geopolitics in the light of the global production of goods. The approach of this work is the Geopolitical Energetic one and the IIRSA by the light of the world-wide system of production of goods. The IIRSA is a continental infrastructure to intensify the production of goods and to transport them of the South American for the consumption in the world market. This policy of physical integration is part of the globalization market, therefore, opposed to national autonomy. This work is an instrument to contribute with the discussions on the IIRSA, and to demonstrate the distancing between this integration and the purposes endogenous development.

Palavras-chave

IIRSA. Geopolítica. Globalização de Mercado. Autonomia Estatal.

Keywords

IIRSA. Geopolitics. Globalization of Market. State Autonomy.

INTRODUÇÃO

A Integração das Infraestruturas Regionais Sul-Americanas (IIRSA) é uma iniciativa dos países sul-americanos para integração física continental. O propósito da IIRSA é a construção de infraestrutura física (energia, transportes e comunicações) para aumentar a integração econômica, comercial e social sul-americana, e intensificar o fluxo mundial de capitais.

Derrubar as fronteiras físicas e políticas dos países membros compõe o quadro de ações para implementação da IIRSA, e o das políticas restritivas às barreiras comerciais correspondentes à globalização de mercado. Neste sentido, por um lado, o mecanismo de desenvolvimento econômico IIRSA contribui com a desconstrução da autonomia nacional, por outro lado, as mercadorias produzidas a partir desta integração representam bens primários e de reduzido valor agregado.

Tomando como referência as tipologias de poder (político, econômico e ideológico) de Bobbio (1986) e as de geopolítica de Becker (2005), Fiori (2007), Vesentini (2001) e a de autonomia de Jaguaribe (1982), o estudo localiza a IIRSA como mecanismo de desenvolvimento econômico correspondente à integração no mercado mundial, redução da capacidade de autonomia estatal e subalternidade. Além disso, o estudo aponta o distanciamento existente entre as orientações internacionalizadas da IIRSA e os propósitos de desenvolvimento endógeno concebidos pelas populações que conhecem e reconhecem-se nas regiões envolvidas pela integração.

1 GEOPOLÍTICA E PODER

No modelo político e econômico que conforma o estado capitalista as comunidades, cidades e países não estão isolados. No estado capitalista as relações que envolvem o território nacional e as internacionais constroem identidade política e fundamentam a soberania estatal.

Nenhum estado está sozinho. Todo estado existe junto a outros em uma sociedade de Estados, tanto as cidades gregas quanto aos Estados Contemporâneos [...]. A soberania tem duas faces: uma voltada para o interior e outra voltada para o exterior. Do mesmo modo lhe correspondiam dois tipos de limites: os que provêm das relações entre governantes e governados, e os que provêm das relações entre estados, os limites externos (BOBBIO, 1986, p. 112-113).

As ações do poder público circulam pelas suas particularidades nacionais e internacionais, envolvem interesses localizados e hegemônicos, estabelecem relações de reciprocidade e guerra, possuem força para atacar e defender, detêm fontes de poder e demonstram poder – no próprio espaço, para manter a ordem e afastar a periculosidade de um conflito interno, e em espaço alheio, quando conquistado através da guerra, situação que demonstra força e é auxílio para afastar possíveis investidas de inimigos. Tal expansão poderá ser fundamentada através da existência de recursos num espaço e escassez do mesmo recurso noutra, e será bezuntada pela demonstração das três diferentes tipologias de poder.

A primeira tipologia, a econômica, deixa valer o poder daqueles que detêm os meios de produção perante aqueles que dispõem da força de trabalho. O poder ideológico orienta o indivíduo para determinada ação, deixando transparecer a idéia de autonomia em decisões efetivadas por ele mesmo, quando na verdade, a decisão do indivíduo, foi orientada; ao indivíduo coube cumprir decisão pré-estabelecida, e acreditando ser sujeito da ação. O poder político faz uso da força para manutenção da própria soberania (BOBBIO, 1986, p. 82).

As tipologias constituem-se em relações de força entre estados e os interesses deste pelo espaço e, por extensão, são desenvolvidas relações geopolíticas. Segundo Fiori (2007), a geopolítica não é uma ciência, é apenas uma disciplina que estuda a relação entre o espaço e a expansão do poder, antecipando a racionalização e as decisões estratégicas dos países que exercem poder para fora de suas fronteiras nacionais. Conforme Becker (2005), a geopolítica sempre se caracterizou pela presença de pressões de todo tipo, intervenções no cenário internacional, desde as mais brandas até as guerras de conquistas de territórios. Assim sendo, o fenômeno poder é o elemento que fundamenta a existência das disputas. Os fatores que induzem os países pelo pertencimento aos conflitos podem ser muitos e diversos, entretanto, o resultado da disputa, pode apresentar grupos portando poder e outros despossuídos de poder. Para o estado que detém o poder poderá significar a possibilidade que é orientação das políticas e diretrizes dos estados não pertencentes ao núcleo detentor do poder.

Vesentini (2001), por sua vez, destaca que a Geopolítica trata das disputas de poder no espaço mundial (poder implica em dominação: via Estado ou não, em relações de assimetria enfim, que podem ser culturais, sexuais, econômicas, repressivas e/ou militares etc.) e esta noção não é exclusiva da Geografia. Essas considerações posicionam o ferramental geopolítico como elemento pela e para a dominação interestadual, destacando as modificações das dinâmicas nacionais e internacionais e as suas configurações e reconfigurações. Dentre os reflexos

das transformações que configuram modificações Geopolíticas, bem como os seus novos ordenamentos, está a globalização de mercado, a redução do papel dos estados, desregulamentações e abertura comercial. Segundo Cano (1999) o discurso da globalização é o do inevitável.

O discurso ideológico utilizado foi que agora chegara a hora da periferia modernizar-se, igualando-se ao Primeiro Mundo. Para isso, necessitava daquele conjunto de reformulações, das quais a peça chave seria expor à concorrência internacional o aparelho produtivo nacional, para que ele ganhasse maior eficiência, produtividade e competitividade. Explicavam também que isso era uma tarefa inevitável, necessária e inadiável, diante da globalização dos mercados internacionais. Ou seja, o imperialismo voltava a atuar de forma mais dura, travestido da nova modernidade (CANO, 1999, p. 299).

A globalização de mercado produz consideráveis modificações na constituição do estado, bem como no cenário geopolítico. Dentre as transformações, estão:

- Diluição das fronteiras nacionais, cujo interesse fundamental está voltado para a dinamização das relações comerciais internacionais;
- Atores diferentes do estado conquistam forças, ficam robustos, assumem considerado poder;
- O estado perde força em benefício da globalização de mercado.

Este fenômeno possibilita a presença de instituições diferentes do estado assumindo parcelas de poder.

Becker (2005) aponta que as relações geopolíticas, inicialmente, tinham como o sujeito fundamental o Estado, pois ele era entendido a única fonte de poder, a única representação política, e as disputas eram analisadas apenas entre os Estados. Fiori (2007) defende que as vias para a dominação não são mais interesses do Estado. Aí estão presentes os interesses setoriais e os de mercado, e também a desconstrução dos referenciais que reconhecem a fronteira como o limite e a construção e a articulação da fronteira como o eixo para integração regional. O processo de regionalização interage com a globalização, com a produção de amarrações que permitem integração, mesmo que seja em região transfronteiriça (IANNI, 2000 apud FREIXO; RISTOF, 2008)¹.

¹ IANNI, Octavio. Globalização e Nova Ordem Internacional. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. **O século XX - o tempo das dúvidas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Concomitantemente a esta integração são organizados os blocos econômicos, espaços designados para livre circulação e expansão do capital². Tais blocos, amalgamados à globalização de mercado, no plano político, podem dificultar proposições de desenvolvimento que estejam estreitas as particularidades das regionais. Isto significa dizer que os interesses nacionais (dos menores aos maiores) perdem importância. A autonomia nacional, para elaboração de políticas, poderá ficar restringida aos interesses dos grupos econômicos, conglomerados, daquelas instituições que estejam atuando na região transfronteiriça. Neste processo, o sistema econômico mundial fica cada vez mais nas mãos do mercado financeiro. Decisões sobre a política econômica nacional respondem aos interesses financeiros internacionais. Deste modo os temas estado-nação e autonomia são subtraídos. Por um lado, o estado-nação perde forças na implementação de políticas voltadas para infraestrutura social e para orientar políticas de mercado. Por outro lado, a construção da autonomia nacional requer o posicionamento do poder público no cenário internacional.

A autonomia está relacionada essencialmente com a autodeterminação nacional, e com uma capacidade autossustentada para manter a identidade e o desenvolvimento nacional e societal inerentes ao país. A autonomia, portanto, no sentido preciso aqui usado, é a condição necessária para a viabilidade nacional dentro do sistema imperial [...] (JAGUARIBE, 1982, p. 242).

As considerações de Jaguaribe posicionam a autonomia, conforme orientações de mercado, contraposta a autonomia nacional e a construção da identidade nacional. Não será o estado, inerente a globalização de mercado, o mentor da política de globalização mercantil, mas sim o seu implementador. O mentor da política de globalização mercantil é o mercado, e as decisões de mercado respondem pelo fornecimento de taxas de retorno adequadas para o investimento e não a política orientada para responder aos propósitos regionais. O posicionamento de Martins (1996, p. 8) reconhece que estados, empresas e classes têm que se submeter às decisões dos mercados financeiros e arcar com as consequências daí resultantes, afinal, quem dita os rumos é o interesse do lucro financeiro. Esta predominância do mercado em detrimento dos interesses da sociedade deixa o evidente o enfraquecimento do estado-nação e coloca sob questionamento a própria competência estatal.

² Os blocos econômicos são zonas de livre comércio, união aduaneira, mercado comum. Alguns exemplos podem ser encontrados nos blocos: União Europeia, Comunidade Andina, Mercado Comum Centro Americano, Comunidade Caribenha, Acordo de Livre Comércio da América do Norte, Acordo de Livre Comércio das Américas, Associação das Nações do Sudeste Asiático, Conferência Econômica para a Região da Ásia-Pacífico, Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral.

[...] O Estado-nação como espaço da regulação econômica, torna-se enfraquecido, e sua autonomia e competência, incertas. Isso acaba comprometendo a capacidade de coordenação política e de promoção do desenvolvimento por parte dos Estados, e os governos tornam-se menos efetivos na formulação de políticas sociais que venham ao encontro das necessidades geradas pela lógica do mercado (SIQUEIRA, 2002, p. 4).

Um dos reflexos da preponderância do sistema financeiro em detrimento das ações do estado está relacionado com projetos de integração regional. Nestes projetos as orientações políticas, via de regra, não respondem pelas demandas sociais mais prementes dos povos inseridos nos espaços para integração. A integração regional, neste sentido, não é regional e não responde aos interesses regionais, ela é uma integração voltada para o mercado mundial e com potencialidade para sacrificar interesses e propósitos de desenvolvimento endógeno.

2 O MODELO PRÓ-MERCADO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA: PERCEPÇÕES GEPOLÍTICAS IIRSA

O projeto IIRSA – Iniciativa para a integração da Infraestrutura Regional Americana, é fruto das reuniões dos presidentes de países da América do Sul em evento na cidade de Brasília/DF – Brasil. Nesta ocasião foi gerado documento denominado *I Comunicado de Brasília*, cuja preocupação fundamental foi a elaboração de projetos e políticas para integração regional. Posteriormente, ocorreram as reuniões *II Reunião de Guayaquil*, em julho de 2002; a *III Reunião da Comunidade Sul-Americana de Nações*, em dezembro de 2004, em Cuzco³; até a reunião de 2008 e a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL).

La Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana (IIRSA) es un foro de diálogo entre las autoridades responsables de la infraestructura de transporte, energía y comunicaciones en los doce países suramericanos. IIRSA tiene por objeto promover el desarrollo de la infraestructura bajo una visión regional, procurando la integración física de los países de Suramérica y el logro de un patrón de desarrollo territorial equitativo y sustentable (IIRSA, 2010, p. 1).

³ Compareceram às reuniões chefes de Estados da América do Sul (seus doze países) e representantes dos territórios pertencentes à França e ao Reino Unido. Seguem os participantes: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela são os países que compõem a América do Sul. Somam-se ainda três territórios: Guiana Francesa, território da França, e as Ilhas Falkland (ou Malvinas) e a Geórgia do Sul, que pertencem ao Reino Unido (IIRSA, 2010).

O compromisso da IIRSA é com o fortalecimento da Organização Mundial de Comércio (OMC), portanto, a intensificação das relações comerciais multilaterais. Segundo os mandatários dos 12 países sul-americanos, a integração através da modernização da infraestrutura regional irá reverter os problemas que inibem o comércio intrarregional e as alternativas de fluxo de mercadorias, e as barreiras nos sistemas de regulação e operação que sustentam as atividades produtivas em escala regional.

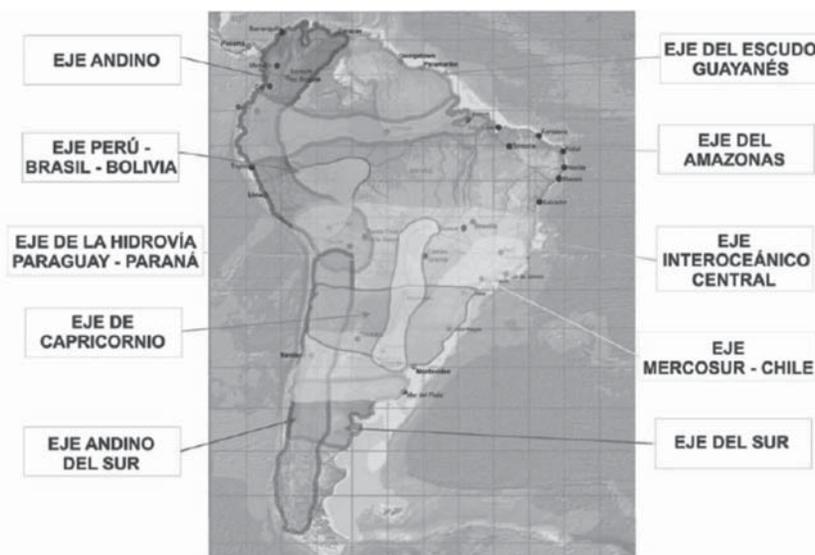
A IIRSA possui três etapas para a sua consolidação:

- Fundação (2000-2003);
- Planejamento (2003-2004);
- Implementação (2005-2010).

A metodologia utilizada para a implementação é o planejamento territorial indicativo onde cada país apontou o elenco de projetos de infraestrutura mais relevantes do ponto de vista nacional e no contexto da IIRSA, os quais se constituíram na primeira Carteira de Projetos IIRSA 2003-2006. Esta metodologia permitiu coordenar projetos para cada um dos Eixos de Integração e Desenvolvimento - EID definidos (Figura 1).

Os eixos são referências geoeconômicas e consideradas importantes ferramentas para o planejamento e gestão do território. A ilustração seguinte apresenta os EID e os respectivos países.

Figura 1. Eixos de Integração e Desenvolvimento IIRSA.



Fonte: IIRSA (2010).

A integração IIRSA (2010) está concentrada em 524 projetos de infraestrutura de transporte, energia e comunicações, agrupados em 47 grupos de projetos com orçamento de US\$96.119,2 milhões (até junho de 2010). O Quadro 1 apresenta os EID e os temas dos projetos.

Quadro 1. Eixos e projetos IIRSA.

Eixo	Países	Função
Andino	Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia	integração energética, com destaque para a construção de gasodutos
Capricórnio	Norte do Chile e da Argentina, Paraguai, Sul do Brasil	integração energética, incorporação de novas terras à agricultura de exportação, biocombustíveis
Amazonas	Colômbia, Peru, Equador, Brasil	Construir malha de transportes entre a bacia amazônica e o litoral do Pacífico, com vista à exportação
Sul	Sul do Chile/Talcahuano e Concepción, e da Argentina/ Neuquén e Baía Blanca	exploração do turismo e dos recursos energéticos (gás e petróleo)
Interoceânico Central	Sudeste brasileiro, Paraguai, Bolívia, norte do Chile, Sul do Peru	rede de transportes para exportar produtos agrícolas brasileiros e minerais bolivianos pelo Pacífico
Mercosul-Chile	Brasil, Argentina, Uruguai, Chile	integração energética, com ênfase nos gasodutos e na construção de hidrelétricas.
Peru-Bolívia-Brasil	Redirecionamento do fluxo das exportações agrícolas brasileira para o Pacífico	consolidar uma via de integração fluvial internacional afetando principalmente a logística de transporte e desenvolvimento socioeconômico das regiões
Hidrovia Paraguai-Paraná	Sul e Sudoeste do Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai	integração dos transportes fluviais, incremento na oferta de energia hidrelétrica
Escudo	Venezuela, Guiana, Suriname, extremo-Norte do Brasil	aperfeiçoar rede rodoviária
Andino do Sul	Região andina da fronteira Chile-Argentina	turismo, rede de transportes

Fonte: IIRSA (2010).

Segundo a IIRSA (2010) 10,1% dos projetos (US\$8.468,8 milhões) foram concluídos, 33,4% (US\$45.835,7 milhões) se encontram em fase de execução e 30,2% (US\$29.058,6) se encontram em fase de pré-execução.

3 AUTONOMIA DA AMÉRICA DO SUL NO CENÁRIO INTERNACIONAL

A proposta de integração física da IIRSA é destacada como projeto fundamental para os países que integram a carteira de investimentos acessarem o desenvolvimento econômico. Entretanto é importante destacar que em período onde a globalização de mercado atua e os conglomerados são fortalecidos, as relações que envolvem projetos de desenvolvimento requerem especial atenção sobre o que são e quais os reais impactos destes projetos.

A materialização da IIRSA e o seu propósito de interligação continental demonstram o não distanciamento da pobreza, da violência e desigualdade socioeconômica; três troncos de desgraças já universalizadas pelo modelo político e econômico para os países mais pobres. Os propósitos do projeto IIRSA estão integrados aos interesses internacionais e acoplados ao potencial natural dos países latinos, membros da periferia do sistema mundial de produção de mercadorias. Em momento algum as particularidades naturais dos espaços cobiçados para investimentos e os propósitos de desenvolvimento regional endógeno, foram identificados com potencialidade para reverter quadros de pobreza.

A insatisfação social com a IIRSA é identificada ao longo de reuniões e eventos, nacionais e internacionais, organizados pelos movimentos sociais e Organizações Não Governamentais (ONG). O seminário *Internalização capitalista ou integração dos povos: para onde vai a América do Sul? Alternativas de integração regional*⁴, originou documento indicando que a integração aparentemente inovadora poderá repetir o padrão de desenvolvimento com base na exploração dos recursos naturais já conhecido.

Assim, concluímos que a atual conjuntura política regional possibilita novas articulações intergovernamentais importantes, baseadas na cooperação, solidariedade e complementaridade entre nossos países, além de abrir

⁴ Este seminário foi realizado na cidade de São Paulo/SP, em 18 e 19 de setembro de 2006. Participaram organizações e movimentos sociais brasileiros, e da Venezuela, Argentina, Uruguai, Paraguai, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Honduras, Haiti, Guiana Francesa, EUA e Canadá. É importante ressaltar que o evento contou com uma participação diversa, não apenas em termos de nacionalidades e de gênero, mas também de etnias, grupos de interesse, posições políticas e áreas de trabalho.

a possibilidade de várias de nossas organizações e redes dialogarem e proporem a esses governantes. Ao mesmo tempo em que se apresentam várias oportunidades para a transformação do modelo neoliberal, este momento exige uma maior autonomia, qualificação e articulação dos movimentos sociais para garantir a superação de iniciativas de integração aparentemente inovadoras, mas que podem vir a repetir um padrão de desenvolvimento com base na exploração dos recursos naturais para usufruto das porções enriquecidas da terra, E assim reproduzindo o papel histórico da América Latina, de ser uma região meramente provedora de recursos naturais que vêm alimentando um padrão de consumo indutor de gravíssimos impactos socioambientais (ORGANIZAÇÕES, REDES E MOVIMENTOS DA AMÉRICA LATINA, 2006, p. 1).

Para não repetir o padrão de desenvolvimento orquestrado pelos países centrais em detrimento dos países mais pobres, o fortalecimento da autonomia nacional no sistema mundo é importante. Entretanto, o fortalecimento da autonomia nacional, no plano nacional pode conduzir a mobilizações sociais e ações políticas positivas representantes dos planos e projetos concebidos localmente. Tal posicionamento não responde pelos interesses setoriais e de mercado. Afinal, segundo Furtado (2006), os mecanismos multilaterais para solucionar a desigualdade, a pobreza e distribuição de riqueza são diferentes.

A má distribuição de renda, as trocas desiguais no comércio internacional (exportação de produtos primários baratos e importação de produtos industrializados dos países centrais), o controle da economia por parte de grupos multinacionais e o mecanismo da dívida, responsáveis pela remessa de riquezas dos países pobres para os países ricos, são os instrumentos que mantêm a situação de extrema pobreza em que vive a maioria do povo latino-americano (FURTADO, 2006, p. 2).

Segundo Zibechi (2007), a IIRSA é projetada para fornecer a infraestrutura para o comércio e os investimentos sob a liderança de grandes corporações. Outro pesquisador, desta vez Novoa (2008), por sua vez, aponta que esta internacionalização é, novamente, subordinada, e entrecruza-se com uma regionalização ativa dos capitais de origem nacional ou postados no Brasil, com hegemonia do agronegócio e setores de serviços sob controle ou com forte participação do capital estrangeiro.

A presença do capital estrangeiro para o desenvolvimento do projeto IIRSA tem sido objeto de discussões. Os destaques são os recursos destinados pelas agências multilaterais de investimento, o apoio governamental e, principalmente, algumas empresas e certos setores da economia interessados da integração.

Além dos governos dos 12 países sul-americanos integrados na articulação intergovernamental hoje denominada UNASUL⁵, estão envolvidos diretamente na formulação e implementação da IIRSA velhos e novos conhecidos dos setores financeiro e empresarial: o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF), o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Rio da Prata (FONPLATA), o BNDES do Brasil e empresas brasileiras de grande porte como a Odebrecht, a Petrobrás, a Andrade Gutierrez, a Queiroz Galvão, entre outras para citar aquelas que nos são mais conhecidas n Brasil e na região de um modo geral. Também executam obras de integração na região a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a General Electric (GE) e a América Latina Logística (ALL) (VERDUM, 2007, p. 3).

As agências multilaterais de investimentos, como, por exemplo, o BID, remonta outra questão: e o endividamento dos pobres países latinoamericanos? Tal questão é levantada por Paim (2003) ao considerar a dívida dos países latinos um instrumento político que garante a implementação do interesse das instituições financeiras multilaterais e das grandes corporações, translatinas e transnacionais. Neste sentido, a observação de Furtado (2006) ao destacar a IIRSA como uma das etapas que envolvem as reformas dos aparelhos de estado, desta vez, orientadas para manutenção de dívidas, demonstra pertinência.

Para essas Instituições Financeiras Internacionais (IFIs), a integração regional, principalmente a física, representa outra fase das reformas de ajuste estrutural, orientada para promover a geopolítica da dívida financeira como instrumento de neocolonialismo, intervencionismo e controle (FURTADO, 2006, p. 2).

Outro autor, desta vez Dávalos (2004), produz uma análise sobre a história recente das agências multilaterais de investimentos, para os últimos 20 a 30 anos, através de três etapas. Evidencia a presença cada vez mais intensa do setor privado junto ao poder público e a privatização dos recursos naturais para viabilizar o canal de ação das corporações financeiras e conglomerados, sentido as fronteiras ainda não apossadas pelo capital, as regiões não integradas ao sistema econômico mundial. A primeira etapa foi orientada pelo Fundo Monetário Internacional e diz respeito aos programas de ajuste estrutural e de políticas de estabilização macroeconômica, a transferência de recursos para os países centrais, os países devedores propondo políticas públicas em função do pagamento da dívida externa. A segunda etapa é a transferência de atribuições do poder público para

⁵ A União das Nações Sul-Americanas (Unasul) reúne os doze países da América do Sul e visa aprofundar a integração da região. Com a Unasul, espera-se avançar na integração física, energética, de telecomunicações e ainda nas áreas de ciência e de educação, além da adoção de mecanismos financeiros conjuntos.

a iniciativa privada. Ai estão às flexibilizações trabalhistas, as privatizações, a diminuição do gasto público, a abertura de mercados. E, finalmente, a terceira etapa está relacionada aos mega-projetos, dentre eles, a integração via IIRSA, que envolve a necessidade de extração de recursos através da infraestrutura física, projetada, fundamentalmente para expansão do capital e apropriação de recursos naturais, para ação exclusiva das corporações transnacionais. Segundo Dávalos (2004) esta terceira etapa, ação privada junto aos recursos, através dos projetos de integração está inserida numa outra lógica, na lógica de um novo endividamento.

Esta etapa complementa el nuevo endeudamiento con la inversión privada y con la creación de los mercados regionales, avalizados en los tratados de libre comercio entre los diferentes países de la región con los Estados Unidos (DÁVALOS, 2004, p. 3).

Guimarães (2008) enfatiza que a concentração de riqueza é cada vez maior e que os estados que inseridos no centro do sistema mundial de produção de mercadorias, na verdade, dependem dos estados que estão na periferia do sistema econômico, afinal, são estes os detentores de recursos naturais e os mais alvejados pelo mercado⁶.

Os Estados no centro do sistema mundial, cada vez mais ricos e poderosos, pois a diferença de renda entre Estados ricos e pobres passou de 1 para 4 em 1914, de 1 para 7 em 2000, porém vinculados às economias periféricas quanto a recursos estratégicos e mercados e com uma população cadente, procuram, por meio de negociações internacionais, definir normas e regimes que permitam preservar e até ampliar sua situação privilegiada no centro do sistema militar, político, econômico e tecnológico que é o resultado, por um lado, da II Guerra Mundial e dos regimes coloniais e, por outro lado, do êxito de seus esforços nacionais, em especial na esfera científica e tecnológica. Nesse processo, sua capacidade de articular ideologias e de apresentar “soluções” como benéficas a toda à “comunidade internacional” é extraordinária e importantíssima, pois é à base de sua estratégia de arregimentação de Estados e de elites periféricas cooptadas para alcançar seus objetivos nacionais, vestidos com a capa de objetivos da humanidade (GUIMARÃES, 2008, p. 60).

A integração IIRSA permite, portanto, refletir sobre os distintos mecanismos para inserção territorial no sistema mundial: a integração passiva e a integração ativa. Rezk (2005) convida a intelectualidade brasileira para debater projetos de integração regional que primam pela dependência e a independência.

⁶ Segundo Fuser (2008), [...] a lógica do IIRSA é a criação de territórios empresariais. A governança que os grandes conglomerados empresariais pretendem estabelecer é a que proporciona capacidade de administração meticulosa da expansão das fronteiras dos negócios. O Estado nacional, a população e o meio ambiente ficam à mercê dos investimentos privados.

A intelectualidade dos nossos países deve estar empenhada em contribuir para este processo, com sua inteligência crítica e com o seu conhecimento. O que está em jogo é a tipologia futura da integração: se independente e poderosa ou subalterna e fraca. A integração por uma rede de infraestrutura física por si só não determina a soberania do poder sul-americano como um núcleo forte das relações mundiais. Numa época de competições acirradas, o conflito político nas relações internacionais não conhece limitações espaciais e nem culturais, que vão muito além das relações comerciais supostamente pacíficas. Num mundo de alta competitividade e violência, só os fortes podem competir (REZK, 2005, p. 1).

Para os países sul-americanos a integração passiva coloca-se, de certa forma, opondo-se as características de integração processadas pelos países centrais. Na periferia do sistema mundial a predominância das atividades agrícolas e a sua produção para o mercado internacional são correntes⁷. Porém, os países produtores de mercadorias com reduzido valor agregado, apresentam reduzidas taxas de produção de Ciência e Tecnologia⁸ e, pior, as suas elites sucumbem às regras do jogo internacional. Para Cano (1999, p. 299) a inevitabilidade dessa globalização constitui assim um (falso) lastro político com que muitos governos e elites periféricas aceitaram as novas regras do jogo.

A integração ativa, por sua vez, faz referências aos países - geralmente pertencentes ao grupo de países centrais – que procuram a integração que permita o desenvolvimento de Ciência e Tecnologia e a sua conseqüente exportação, a competitividade das mercadorias produzidas no cenário internacional e a presença marcante do papel do estado na condução da economia, demonstram que estes estados primam pela autonomia em relação ao seu processo de desenvolvimento e, portanto, escolhem o caminho a seguir.

Fruto do reflexo das características passivas da IIRSA, fica identificado, através dos propósitos referentes à integração física – estradas e leitos fluviais fundamentais para transportar produções agrícolas – o quão precário é o debate sobre desenvolvimento de tecnologias.

O *boom* do biocombustível, por exemplo, simplesmente apareceu, ganhou força e respeito pelo setor agrícola brasileiro e aceite incondicional pelo poder

⁷ Os países inseridos passivamente nos processos de integração são fortes produtores de bens agrícolas. Tal produção, para fazer frente à produção agrícola dos países inseridos ativamente nos processos de integração, necessita enfrentar barreiras e subsídios governamentais, elementos que favorecem a visualização das diferenças entre os estado ativo e o estado passivo. A seguir, as considerações de Carlsen. Se, por um lado, os países desenvolvidos protegem seus setores mais sensíveis, por outro os países em desenvolvimento são forçados a engolir o acesso a mercados (CARLSEN, 2006).

⁸ Sobre este ponto, baixo/alto desenvolvimento de tecnologia, a referência tem que ser extraída dos países que mais produzem tecnologia, mesmo que somente para comparar com algum país que apresentam baixo índice de produção científica e tecnológica.

público (especificamente, estados e governo federal⁹) e, hipoteticamente, poderá ser umas das principais mercadorias da América do Sul transitando pelos corredores de exportação, aguardando nos portos o momento de desembarque, sendo transportadas para outros países e continentes. A procedência deste *boom* do biocombustível¹⁰ é tema que merece atenção.

O Presidente George W. Bush, no discurso do Estado da União, proclamou a meta de substituir 20% da gasolina usada por agro-combustível, em dentro de dez anos. A União Européia estabeleceu metas similares. A cúpula dos G-8, em seu último encontro, endossou que sejam feitos grandes esforços para que se desenvolva o uso de agro-combustível, e as instituições financeiras internacionais criaram portfólios de bilhões de dólares para este fim. A Comissão Interamericana do Etanol é presidida por Jeb Bush, pelo líder de agronegócios Roberto Rodrigues, e pelo presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento Luis Moreno. Tão entusiasta quanto, ou se não mais, são os setores privados. Quatro setores altamente globalizados juntam-se para avançar na pesquisa, no investimento e na produção dos agrocombustíveis: os agronegócios, o setor petrolífero, o automobilístico, e as indústrias de biotecnologia (CARLSEN, 2007, p. 1-2).

Outro elemento que fere a constituição de um projeto que envolve diferentes sujeitos é a assimetria de informações. Comunidades milenares e ribeirinhas, cidades inteiras são envolvidas pela possibilidade de instalação de projeto de infraestrutura para reverter o quadro de pobreza local. Entretanto, via de regra, tais projetos, pouco ou mal consideram particularidades localizadas, ou mesmo as suas dinâmicas socioeconômicas constituídas historicamente, aquelas adaptadas ao lugar.

Dentre os projetos do IIRSA está o Complexo Madeira, o qual é constituído pelas usinas hidrelétricas do rio Madeira, Santo Antonio para gerar 3.150 MW e Jirau para gerar 3.300 MW, e outras duas usinas hidrelétricas (uma na Bolívia e outra binacional – Brasil e Bolívia), sendo que, as quatro, também devem cumprir a função de regularizar o rio. O histórico de informação para com os dois projetos hidrelétricos é precário. Hurwitz (2007) aponta a ausência

⁹ O Sr André Puccinelli é favorável a produção de biodiesel brasileiro para mercado internacional, da mesma é o governador do Estado do Mato Grosso, o Sr Blairo Maggi. O presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, entende a importância da produção do etanol e do biodiesel para o mercado internacional e, ao ser questionado sobre as condições de trabalho que enfrenta o trabalhador bóia-fria, responde ferozmente. Compara o presidente: “o desenvolvimento na Europa foi feito através das extrações de carvão das minas européias”.

¹⁰ Coincidência ou não a sequência é evidente: 1º) *boom* do combustível. Como se fosse uma martelada para não ter que discutir a “importância” do biocombustível, aparece a sua boa justificativa e, porque não, o que é para muitos, a sua legitimação através do segundo ponto. 2º) aumento do preço do petróleo.

de informações e destaca a existência de festejo religioso na região atraindo um bom número de fiéis.

Frei Manoel Farias Lopes, um padre Franciscano que trabalha numa paróquia rio abaixo de Porto Velho na cidade de Nova Olinda, diz que muitas das famílias que estariam deslocadas não sabem que as usinas estão sendo planejadas. “Aqui a gente não tem noção qualquer dos impactos das usinas do Madeira, porque não temos acesso à informação sobre os projetos,” diz Lopes. “Mas certo que as usinas vão ter um impacto, começando com os peixes e a qualidade da água [...]”. Rio abaixo de Humaitá, a cidade de Santo Antônio de Borba recebe mais de 100.000 visitantes anualmente para festejar o dia de Santo Antônio no mês de junho. Mesmo que uma das usinas compartilha o nome do mais popular santo de Brasil – Santo Antônio, o “Santo dos Pobres”; Associação de Pescadores de Borba nota que não há discussão pública sobre a construção das usinas, pela falta de informação (HURWITZ, 2007, p. 2).

Tanto o *boom* do combustível quanto a geração hidrelétrica interagem com o IIRSA e fazem parte dele. A geopolítica energética aí está presente e aberta, tecendo objetivos e meios para efetivá-los para concretização da integração passiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As terras, as águas e as florestas da América do Sul continuam despertando a cobiça internacional. Aliar esses hectares de terras aos propósitos do mercado mundial, a produção de biocombustível e a geração de energia hidrelétrica para a produção de mercadorias eletrointensivas (gerando reduzidos empregos¹¹ e inundando territórios potencialmente ricos em recursos e em culturas) pouco contribui para construir a soberania nacional. Um destino natural? Para os elementos que configuram a arquitetura da geopolítica energética – o uso e atribuição do poder como ferramenta para efetivar interesses – o que se identifica é a condição de integração passiva dos países sul-americanos e, para os mesmos países, é determinada a condição de fornecedor de mercadorias com baixo valor agregado e, portanto, incapaz de reverter quadros para estruturar o despertar da produção de mercadorias com elevado valor agregado. O desenvolvimento de tecnologias e meios para integração autônoma e cujo interesse seja nacional, perante a hipótese aqui desenvolvida, está distanciado.

A autonomia política e econômica dos países sul-americanos fica restrita aos interesses dos países que integram o centro do sistema econômico mundial,

¹¹ Ver BERMANN, Célio. **Energia no Brasil**. Para quê? Para quem? São Paulo: Livraria da Física; FASE, 2003.

concomitante, segue processo de concessão legitimada dos espaços periféricos e os seus recursos naturais para expansão, ocupação e ação do capital. O caminho traçado pela IIRSA não é endógeno e não considera as potencialidades localizadas no espaço de inserção. Absolutamente, nas regiões desapropriadas pela integração IIRSA as dinâmicas econômicas próprias e não necessariamente integradas ao sistema econômico mundial não foram classificadas como economias integradas a um modo de produção e consumo próprios.

A integração que permite contemplar as características regionais, suas particularidades, os interesses daqueles que ali mantém a própria subsistência, certamente são pertinentes, entretanto, não estão internacionalizados e não respondem pelos propósitos de valorização mundial do capital.

REFERÊNCIAS

BECKER, B. Geopolítica da Amazônia. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo. v 19, n 53, 2005.

BERMANN, C. **Energia no Brasil**. Para quê? Para quem? São Paulo: Ed. Livraria da Física /FASE. 2003.

BOBBIO, N. **Estado, governo e sociedade**: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

CANO, W. América Latina: do desenvolvimento ao neoliberalismo. In: FIORI, José Luis (Org.) **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

CARLSEN, L. **A cilada dos agro-combustíveis**. Washington: Center for International Policy, 2007.

_____. **Decifrando a linguagem da globalização**. Silver City: Center for International Policy, 2006.

DÁVALOS, P. **Geopolítica de la deuda**, 2004. Disponível em: [<http://alainet.org/docs/13150.html>]. Acesso em: maio 2008.

FIORI, J. L. **Nicholas Spykman e a América Latina**, 2007. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=3780>. Acesso em: maio 2008.

FON, J. N.; RUFI, J. V. **Geopolítica, identidade e globalização**. São Paulo: Ed. Annablume, 2006.

FREIXO, A.; RISTOFF, T. Democracia e integração regional: a experiência do MERCOSUL. **Revista do Programa de Pós Graduação em Política Social - UENF**, Campos de Goytacazes, v. 2, n. 1, p. 32-47, 2008.

FURTADO, F. **As Instituições Financeiras Multilaterais, a dívida financeira, ecológica e social e a integração regional** – o caso da IIRSA, 2006. Disponível em: <<http://www.rbrasil.org.br/content,0,0,1901,0,0.html>>. Acesso em: maio 2008.

FUSER, I. **Infra-estrutura a serviço do grande capital**, 2008. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2008-03,a2283>>. Acesso em: 23 abr. 2008.

GUIMARÃES, S. P. **O desafio da integração: o mundo multipolar e a integração sul-americana**, 2008. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=14847>. Acesso em: 26 maio 2008.

HURWITZ, Z. **O complexo-madeira: Bancos Internacionais financiam desmatamento e deslocamento**. Silver City: Center for International Policy, 2007.

IIRSA – Iniciativa Para Integração da Infra-estrutura Regional da América do Sul. **IIRSA**. 2010. Disponível em: <<http://www.iirsa.org//Index.asp?CodIdioma=ESP>>. Acesso em: out. 2011.

IIRSA – Iniciativa Para Integração da Infra-estrutura Regional da América do Sul. **Cartera de Projectos**. 2010. Disponível em: [<http://www.iirsa.org/Page/Detail?menuItemId=32>]. Acesso em: out. 2011.

_____. **Projectos: la cartea IIRSA**. 2010. Disponível em: <<http://www.iirsa.org/Cartera.asp?CodIdioma=ESP>>. Acesso em: out. 2011.

JAGUARIBE, H. **O sistema interimperial**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

MARTINS, C. E. Da globalização da economia à falência da democracia. In: **Economia e Sociedade**, Campinas, n 1, p. 3-22, 1996.

NOVOA, L. F. **PAC acelera obras de infraestrutura em favor dos conglomerados externos**, 2008. Disponível em: <<http://blog.controversia.com.br/2008/03/14/pac-acelera-obras-de-infra-estrutura-em-favor-dos-conglomerados-externos/>>. Acesso em: 23 abr. 2008.

PAIM, E. S. **IIRSA: é esta integração que queremos?** Porto Alegre: Núcleo Amigos da Terra & Brasil e Friends of the Earth Internacional, 2003.

REZK, A. Jornada pela integração da América do Sul: o debate pela integração para além das instituições oficiais. **Revista Espaço Acadêmico**, Florianópolis, n. 51, 2005.

ORGANIZAÇÕES, REDES E MOVIMENTOS DA AMÉRICA LATINA. **Internalização capitalista ou integração dos povos: para onde vai a América do Sul? Alternativas de integração regional.** São Paulo, 18 e 19 de setembro de 2006. Disponível em: <http://www.natbrasil.org.br/Docs/instituicoes_financeiras/Declaracao_Seminario_Integracao.pdf>. Acesso em: 2008.

SIQUEIRA, H. S. G. Globalização e autonomia - os limites e as possibilidades. **Revista do Mestrado em Extensão Rural**, Santa Maria, n. 8, p. 99-122, 2002.

VERDUM, R. **Infra-estrutura e políticas territoriais do Brasil no contexto da integração sul-americana.** Washington: Center for International Policy, 2007.

VESENTINI, J. W. **O que é Geopolítica? E Geografia política?** São Paulo: hipertexto. Disponível em: <<http://www.geocritica.com.br/geopolitica.htm>>. Acesso em: maio 2001.

ZIBECHI, R. **Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul Americana – IIRSA.** Silver City: International Relations Center, 2007.

Texto submetido à Revista em 10.03.2012
Aceito para publicação em 01.08.2013